

# Jovens dos anos noventa

## À procura de uma política sem “rótulos”

*Anne Müxel*

Centre d'Étude de la Vie Politique Française (CNRS-FNSP)

*Tradução de Ines Rosa Bueno*

*Publicado em: PERRINEAU, Pascal (org.). L'Engagement Politique: déclin ou mutation? Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.*

Em todos os tempos e em todos os lugares, o diagnóstico do relacionamento dos jovens com a política suscita de uma forma muito particular o interesse e a curiosidade, e solicita com abundância os discursos sábios assim como os discursos comuns. O estado de saúde de um sistema político e de uma organização social depende disso. Fundamentalmente, esta interrogação levaria à necessidade e, ao mesmo tempo, à dificuldade, de transmitir para as novas gerações, os poderes institucionais, reais e simbólicos, que instauram e legitimam o político. Reflexo e espelho e ao mesmo tempo, antecipação do futuro, a juventude cristalizaria, a partir dos próprios pressupostos que fundamentam sua identidade e sua especificidade — entre outras coisas, a inocência da mocidade, a força de suas motivações, a exigência das suas expectativas e de suas aspirações, ou ainda a necessidade de se tomar parte e se colocar na sociedade —, as condições da aceitabilidade ou da rejeição do sistema político vigente.

As constatações sobre a “crise da representação política”, sobre a demanda crescente de uma “nova política”, assim como sobre a decomposição

do sistema e a necessidade de sua “recomposição” são abundantes (Cevipof, 1990, J.-L. Missika, 1992). Os jovens, em primeira linha, sofreriam mais marcadamente, como um tipo de “espelho agigantador” (A. Percheron, 1991), os traços de uma política de aparência distorcida. Pois, as mesmas constatações tocam o conjunto da sociedade, todas as idades, todas as categorias de população. Não são novos (G. Vedel, 1926), mas têm indubitavelmente, hoje em dia, um relevo e uma acuidade, sobre a base da crise econômica, que não tinham há vinte anos atrás.

Em relação aos jovens, faz uns trinta anos que os diagnósticos são mais ou menos otimistas, mais ou menos pessimistas de acordo com os momentos; eles frisam, um após outro, o retrato de uma geração em revolta, engajada e politizada, nos anos sessenta; depois “apática” e “despolitizada” no decorrer dos anos setenta até os finais dos anos oitenta, um episódio marcado pelo recuo e a frieza antes do ressurgimento de uma geração “moral” na época do movimento colegial-estudante de 1986; e finalmente de uma juventude “realista” e “pragmática” que dominou em seguida até os dias de hoje. Em-

bora seja preciso tomar cuidado com generalizações e clichês que são a receita das manchetes de jornais nesta área, estas representações sucessivas são indicadores, não só entre os jovens em questão, da qualidade dos laços entre os cidadãos e a política assim como dos interesses dominantes que estão em jogo na sociedade.

Os jovens de quem falaremos, atravessaram, de certa forma, estas paisagens políticas. A maioria tendo nascido em 1968, quando da efervescência revolucionária que tocava a geração de seus pais, assiste, no início de sua adolescência, à profunda mudança política que representa a chegada da esquerda ao poder. A aparição progressiva, tecnologicamente mágica — como se costuma dizer — do rosto de Mitterrand nas telas de televisão, é a lembrança mais frequentemente mobilizada na memória política. Segundo as famílias, os prazeres e os medos que se lhe sucederam, assim como o dia suplementar de férias dado pelo presidente aos alunos, são objeto de muitas estórias e anedotas e fornecem uma primeira estruturação ao quadro de sua socialização política. De lá para cá, só conheceram a esquerda no poder, exceto no período de co-habitação do qual guardam basicamente uma lembrança de uma potencialidade de renovação política que não vingou.

A sua entrada no cenário político, é para a maioria deles, inesperada: é a greve no colégio em novembro-dezembro 1986 e a experiência de uma comunidade de interesses intermediada pela primeira vez, pela política e, como pudemos observá-lo, não sem reticência e ambigüidade. Nesta correria, a oportunidade de seu primeiro voto é dada quando da eleição presidencial de maio de 1988, etapa inaugural de sua entrada “oficial” na política.

Tal é o contexto em que cresceram estes jovens de 23-24 anos de idade, assalariados, ainda estudantes ou na véspera de sua entrada na vida ativa. Será que as percepções das características do sistema político atual estão acompanhadas de representações, senão novas, pelo menos diferentes, da política? Será que os hábitos e os comportamentos até então vigentes são substituídos por exigências e práticas

próprias da geração ascendente dos cidadãos de hoje?

No quadro de uma pesquisa longitudinal que vimos realizando há cinco anos sobre as condições da entrada na política de uma mesma coorte de jovens (A. Múxel, 1990, 1992)<sup>1</sup>, coletamos umas trinta entrevistas aprofundadas, relatando, a partir de fragmentos de histórias de vida, a diversidade de suas trajetórias sociais e familiares. Elas revelam as condições de sua socialização política assim como os métodos de estruturação de sua identidade política nos tempos de juventude.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O período de observação fixado pelo protocolo da pesquisa quantitativa é relativamente longo (entre 18 e 25 anos, ou seja, por volta de sete anos), isto para apanhar as formas de passagem do estado de cidadão de direito ao estado de cidadão ativo. Ele permite seguir a evolução das primeiras escolhas, medir sua durabilidade assim como sua estabilidade no tempo. Até hoje, cinco levadas de pesquisa foram realizadas: novembro-dezembro 1986, maio 1988, março 1989, março 1992 e março 1993. O painel constituído contém hoje 11200 jovens de 23-24 anos, a maioria deles vivendo em região parisiense, a metade deles assalariada e o resto estudantes.

---

<sup>2</sup> Os 31 jovens do painel com quem foram realizadas as entrevistas aprofundadas que representam o lado qualitativo desta pesquisa foram escolhidos em função de um certo número de critérios pertinentes, em relação à nossa problemática de análise: critérios sociológicos, para cobrir uma diversidade de classes sociais, de nível de estudos e de situação em relação ao emprego, mas também de critérios políticos tais como os seus níveis de interesse pela política, o tipo de orientação e de filiação partidária. A amostra se divide em metade de estudantes e de assalariados em empregos mais ou menos estáveis, morando na região parisiense. A entrevista tinha duas partes: uma primeira parte que solicitava uma história de vida, visando estabelecer as condições de sua inserção social e de sua experiência existencial do tempo de juventude, uma segunda parte centrada nas atitudes e comportamentos diante da política, a partir de uma instrução não direcionada e muito ampla: “Gostaria que falássemos do que a política representa para você.”

### **A política “desmascarada” rejeição, distância e perda de credibilidade**

A evocação da palavra “política” suscita, antes de qualquer outra perspectiva, imagens negativas. A rejeição da política, como se pode ver diariamente, é vivamente expressa, os desvios dos homens e das instituições são denunciados com a mesma força de convicção, tanto pelos estudantes como pelos assalariados, pelos jovens sejam eles diplomados ou não, de direita, de esquerda ou sem orientação política definida. A homogeneidade dos argumentos é impressionante. A constatação é unânime. A crise da representação política se impõe pelo seu caráter evidente.

Os discursos se alimentam de uma mesma briga e têm como alvo um certo número de reivindicações que questionam a natureza das relações entre o cidadão de base com o mundo político. A política está posta à prova dos fatos. A perda de credibilidade das personalidades assim como das instituições é um elemento recorrente do conjunto dos discursos. Ela define uma argumentação principal a partir de três tipos de denúncias:

Primeiro, a das promessas não cumpridas pela esquerda e do “desencanto” duramente sentido que se sucedeu, levando à falência, a própria idéia de eficácia ou de projeto políticos. Esta queixa, ligada às próprias orientações políticas do partido socialista, não vem apenas dos simpatizantes da esquerda, mas manifesta também nos discursos dos jovens que se colocam à direita ou se situam fora de quaisquer amarras partidárias. Como se esta retórica do desencanto servisse para alimentar a suspeita de mentira da qual a política é tão frequentemente acusada e para manter um relacionamento desiludido e distanciado para com esta: “As pessoas foram ludibriadas, é normal que hoje, elas sintam um certo desdém” ou “prometer coisas sabendo que não se poderá cumprí-las, é inútil” ou ainda “Quer seja um governo ou outro, nada mudou”, voltam como *leitmotivs* nos discursos; — as brigas políticas despojam a política de seus conteúdos e de seus projetos. Por isto mesmo, esta se encontra re-

duzida ao jogo das divisões internas, das alianças e dos oportunismos, cada vez mais complicados para se compreender e decodificar. As maracutaia financeiras, além das ambições pessoais e os arrivismos de todos os tipos dos políticos, condenam qualquer perspectiva de autenticidade política. A política “domínio das pessoas sem escrúpulos”, dos “fantoques” e do dinheiro, não inspira um sentimento de aprovação. Como disse um dos nossos entrevistados: “Há mais respeito em uma luta de boxe do que na política!”

Finalmente, os escândalos políticos e financeiros que agitaram o país nestes últimos anos exacerbaram, muito particularmente, a perda de confiança dos cidadãos para com estes representantes e contribuíram fortemente para uma impressão de nojo.

Esta perda generalizada de credibilidade estabelece um tipo de ruptura nos laços que podem unir os jovens ao mundo político. Este é percebido como um mundo “paralelo” que suscita cada vez mais incompreensão e em relação ao qual eles têm cada vez mais dificuldade de se identificar e se situar.

A ruptura é denunciada em vários níveis.

A própria classe política é responsável por essa situação. Os políticos não são suficientemente próximos dos “problemas concretos das pessoas” e são suspeitos, por causa dos privilégios de que dispõem, de nem poder compreender e apreendê-los. Uma ruptura entre dois mundos: “Temos a impressão que o mundo político é um mundo que não é o mundo em que vivemos”, disse um. “Eles governam para eles mesmos sem pensar nas consequências que esta situação pode provocar”, diz um outro.

Além disso, os jovens têm o sentimento de dispor de poucas chaves para compreender a atual situação política. A sofisticação dos debates e das clivagens políticas, cultivada pela mediatização dos shows políticos, mantém uma impressão de confusão. A política é “mal explicada, mal relatada e portanto mal-compreendida”, disse uma estudante; ou ainda esta: “Não entendo bem o que eles querem, não entendo bem o que eles dizem. Em relação à política, eu me sinto ‘pequeninha.’” Este sentimento de uma competência política falimentar é

amplamente difundido. É sem dúvida, mais o reflexo da complexificação dos interesses políticos do que uma diminuição do conhecimento político em si<sup>3</sup>. É preciso fazer um esforço para seguir, se manter a par e não há nada particularmente motivador para fazê-lo.

Acrescente-se a isto a impostura denunciada por alguns de uma política cada vez mais “pré-fabricada” obedecendo à lógica do *marketing* e da quota de popularidade nas pesquisas de opinião. Um estudante, em uma seção comercial de um IUT (Institut Universitaire de Technologie), declara ter se distanciado da política depois de um curso de comunicação que apresenta as técnicas de fabricação dos discursos dos políticos.

Finalmente, esta política “distante” e excluyente desemboca no sentimento de uma impotência, de uma ausência de controle, de domínio sobre a realidade política assim como sobre as decisões dos governantes. O dia a dia das pessoas se tece fora das políticas e, por outro lado, a política vive para si mesma, fechada em suas próprias lógicas, como uma torre de marfim superprotegida.

“São só faladores, uma elite que entra na política. Nós, nos matamos dando um duro. Quando a gente vê os teletons na tevê, eu acho genial que todo o mundo se mobilize. Mas isso vem dos governantes, eles estão muito longe, eles pensam demais em suas viagens, em suas quotas de popularidade.” (jovem substituto, expert em contabilidade)

Último tipo de constatação para fechar este dignóstico: não é menos em termos políticos do que em termos econômicos que se jogam os verdadeiros interesses da sociedade. A primazia da economia, a construção européia, a mundialização dos problemas, as leis da finança internacional relativizam de fato a autonomia do político e seus meios de ação. A política seria um “disfarce”, “as idéias,

<sup>3</sup> Os trabalhos de Annick Percheron (1989, 1991) mostraram um crescimento dos conhecimentos políticos das crianças e dos jovens nesses vinte últimos anos.

o que se coloca na frente para esconder o dinheiro”, estando a realidade na vida econômica, e mais geralmente, no trabalho das pessoas mesmas. Sem esquecer o trabalho científico, tecnológico... a política é irreal em relação a tudo isto.

O conjunto deste discurso de negação da política, com eventuais acentos de protesto, não é forçosamente novo. Em outros tempos, em outras instâncias, os argumentos aqui usados serviram de retórica para outros tipos de discurso a certas corporações profissionais conhecidas pelas suas visões reivindicatórias, como por exemplo, os artesãos e os pequenos comerciantes (Mayer, 1986) ou ainda para movimentos políticos tradicionalmente anarquistas ou contestatórios.

Mas o que é indubitavelmente novo em relação a tempos idos é encontrá-los partilhados de forma tão consensual pelas classes de idade mais novas, e em uma interpretação tão unívoca. A política, como percebida e julgada hoje em dia não evoca imagens positivas e poucas apreciações nuançadas.

Da parte dos novos eleitores, os adultos de amanhã, a constatação não é anódina. Desiludida e cínica antes da idade, será que a visão da política dos jovens deve permanecer nesse patamar? Em contraponto a um questionamento tão radical e tão desesperado, será que encontramos sugestões e até mesmo referentes sobre o que deveria ser a política? Dito de outra maneira, se eles desconstróem, o que irão eles reconstruir no lugar?

### Em busca de um “novo” repertório político

Quando esta mesma pergunta lhes é dirigida, o pessimismo rigoroso sobre a eficácia e a legitimidade da política atual difere singularmente das expectativas fortes e ambiciosas que se expressam para com ela. Esta geração crítica da política e, entretanto, dificilmente suspeita de irrealismo, não desistiu de sua panóplia de ilusões. A lista dos remédios está feita, não sem algum surto de idealismo nas expectativas da política. Lá se percebe notadamente a confirmação de certas predições sobre a evolução da participação política, sobre a emer-

gência de novas formas de cidadania e sobre a diversificação dos modos de ação da política. Reconhece-se neles valores pós-materialistas, estabelecendo um laço muito direto com novos imperativos morais, e implicando, por novos interesses, o indivíduo na coletividade (H. Barnes, M. Kaase et al. 1979, R. Inglehart, 1977, 1990).

Previamente, a necessidade de uma moralização da política se impõe: a necessidade de transparência, uma “glasnost” que seria aplicada a nosso país, a emergência de se encontrar uma “dignidade” no debate político, e até mesmo uma “objetividade” nos dossiês tratados, de “dar uma impressão de verdade”, “e mais profundidade”, “mais amor”, tantas expressões da vontade dos jovens de depurar a política para se reconciliar com ela e voltar a lhe devolver a sua credibilidade e legitimidade. A educação é muitas vezes invocada, notadamente por via da instrução cívica ou mesmo das aulas de moral na escola, citadas em exemplos do passado, como os avalistas e substitutos na transmissão de um certo número de marcas e de referências a serviço, mesmo indiretamente, do político. Como disse um deles, às vésperas de se tornar professor em um colégio:

A política, para que funcione, é preciso que as pessoas tenham respeito (...). Podemos chegar a muito mais coisas com a educação, a cultura. A política é muitas vezes bloqueada por contingências materiais da economia.

Outros recursos podem ser usados para alimentar e substituir a atividade política, por exemplo, a arte e a cultura: “Os políticos não podem responder a todas as expectativas. Há pessoas que respondem muito mais nos seus escritos, feitos, canções, no que se cria.” Uma melhor comunicação entre as pessoas, uma melhor difusão da informação fazem, também, parte das novas expectativas em relação ao político.

Vem em seguida a necessidade de uma reconciliação entre os imperativos econômicos e os imperativos comandados por aquilo que poderíamos definir como “um humanismo de bom senso”. A política seria a interface destes dois tipos de exigência,

e assim mesmo constituiria um tipo de “esqueleto” moral da sociedade, levantando o desafio de “pensar nas pessoas e na economia ao mesmo tempo.”

O “programa” é ambicioso. Para aplicá-lo, as idéias, os projetos devem se abrigar novamente a política, dando-lhe substância. Mas não se trata mais das idéias políticas de antigamente, sustentadas pelas clivagens ideológicas tradicionais e por amarras partidárias que delas decorriam. Agora, é preciso “convergir antes que divergir, se unir antes que se diferenciar”. Tal poderia ser a palavra de ordem de uma nova ética política. Os rótulos são rejeitados não somente em nome da sua obsolescência, mas também porque são fatores que alimentam as brigas e impasses e dos quais os jovens querem livrar o sistema político. As idéias são “desideologizadas” em nome da eficácia e da competência políticas. A caricatura desta nova ordem política está contida nas seguintes palavras:

A política, deveria criar um ambiente para tirar idéias de tudo quanto é lugar para poder fazer avançar. Eu vejo a política um pouco assim, um pouco como uma empresa que tem um patrão e que vai se cercando de colaboradores e de empregados que, cada um na sua individualidade e seu trabalho, vai permitir e fazer progredir seu objetivo, atingir sua meta.

É preciso apelar mais para a competência e para a boa vontade do que para a ideologia política.

Finalmente, um reforço da democracia direta é muito vivamente reclamado, o que confirma a necessidade de aproximação entre o mundo político e a população. Os cidadãos devem ser consultados, levados em conta nas decisões: “Eu sou a favor das pessoas tomarem conta delas mesmas. É preciso que reflitam sobre os problemas da sociedade.” A idéia de uma política “interativa” está emitida, assim como da propaganda que deve encontrar novas lógicas de comunicação, instaurando uma reapropriação pelo consumidor da base das suas mensagens, além de levar em conta aquelas que ele pode emitir em retorno: “Outro dia, Séguela dizia que o futuro da propaganda era a propaganda interativa. É exatamente o que penso da política: per-

mitir a volta de uma opinião vai fazer evoluir as coisas”, explica um jovem adido comercial. Um espaço político concebido como “grandes orelhas” onde se expressariam ao mesmo tempo que seriam canalizadas todas as tendências da sociedade. Resumindo, a política serviria o sonho de uma comunicação verdadeira entre todos e entre todas, os dominantes e os dominados, em nível local ou em escala planetária, no respeito às diferenças das culturas e das individualidades.

Esta visão de um espaço político ampliado, eminentemente “democrático”, reapropriado e habitado por uma diversidade de tendências e de interesses, põe em causa a dimensão elitista da política, de seus atores, assim como dos seus modos de ação<sup>4</sup>. Supõe uma intensificação da participação, cada vez mais orientada por ações pontuais e objetivadas, de acordo com os interesses específicos de certos grupos, certas categorias sociais, ou até mesmo em função de comunidades de interesses individuais<sup>5</sup>.

O nível de exigência que transparece neste “repertório” das expectativas em relação à política está alto. Ele mobiliza referentes “de alto nível” e lança mão dos imperativos que anunciam talvez as condições de emergência de uma “nova moral política”: dignidade e transparência, coesão antes que coerção, unidade e respeito das diferenças, comunicação e reforço da democracia, tantas palavras de ordem que, por detrás de seu idealismo aparente, redefinem as condições de restauração entre os jovens cidadãos e a política.

<sup>4</sup> Citaremos Max Kaase e Samuel H. Barnes (1979) que, na conclusão de sua obra, fazem a seguinte observação: “No futuro, as posições sociais das elites vão se tornar cada vez menos permanentes, hierárquicas e abrangentes (...) crescentemente variáveis e pluralistas. Tomadas de decisão se tornarão mais difíceis em razão da participação ampliada dos cidadãos” (p. 531). (Tradução do revisor)

<sup>5</sup> Ronald Inglehart (1990) prevê uma mudança dos modos de participação política: “um declínio da mobilização política dirigida pelas elites e um crescimento de grupos orientados por questões contestatórias” (p. 6). (Tradução do revisor)

### **A nebulosa esquerda-direita: formas vazias de filiação**

As pesquisas de opinião revelavam, há dez anos, um aumento bastante importante do número de pessoas para quem a distinção entre esquerda e direita não fazia mais tanto sentido. Em 1991, 55% dos franceses estimavam que a distinção esquerda-direita está ultrapassada para julgar as tomadas de posição política, em 1981, só 33% aqueles que compartilhavam da mesma opinião; perto de um terço da população (30%) se recusa hoje, a se colocar entre a esquerda e a direita; em 1981, a proporção só era de 20% (R. Cayrol, 1992). Esta evolução acontece no sentido de uma menor legibilidade das clivagens entre a esquerda e a direita e de um recuo do sentimento de pertencimento. Resta saber entre a maioria dos que se posicionam, o sentido e o significado de seu posicionamento. Os trabalhos de Guy Michelat mostram que a existência de uma coerência e de uma correspondência entre as posições no eixo esquerda-direita e as dimensões do universo sóciopolítico permanecem globalmente verificadas (G. Michelat, 1990). Será isto válido, mesmo entre os mais novos, cujos referentes nesta área não podem ser tão estruturados quanto os das gerações anteriores? Só tendo conhecido a esquerda no poder, além de se tratar de uma esquerda cujas distinções próprias foram se confundindo, quais referências poderão eles mobilizar?

A contribuição das entrevistas qualitativas permite levar um pouco mais adiante esta reflexão e revela constatações onde se misturam confusão e paradoxos.

Todos os jovens que interrogamos exceto um adotam uma classificação na escala esquerda-direita<sup>6</sup>. Mas se as identificações à esquerda ou à direi-

<sup>6</sup> Na escala esquerda-direita em sete pontos, partindo da esquerda para a direita, contamos as classificações seguintes no seio de nossa amostra: dois jovens se colocam na posição 2, dois entre as posições 2 e 3, cinco na posição 3, sete na casa central, três entre as posições 4 e 5, cinco na posição 5 e três na posição 6. É bom observar que as casas nos extremos nunca são ocupadas.

ta sempre acontecem (A. Müxel, 1992), elas parecem funcionar como formas vazias de filiação, o que resume muito bem um deles (“sou de direita porque sou contra a esquerda”), mas sem poder ir muito longe em sua argumentação, nem mesmo compreender realmente as razões de sua escolha; os discursos que elas suscitam só encontram poucas referências sólidas na própria realidade da relação de forças políticas, para reconhecer o que os diferencia. A observação seguinte é exemplar: “Muita coisa está acontecendo, a situação está muito instável. Por enquanto até eles estão perdidos; conosco então, não adianta.”

Este sentimento de diluição das referências é compartilhado, quer se esteja reconhecidamente filiado à esquerda ou à direita. Aliás, esta visão embaçada e turva das clivagens ideológicas não aparece mais marcadamente naqueles que não confessam nenhuma filiação particular (os que se colocam na posição central da escala, por exemplo) do que entre os jovens cuja orientação é mais determinada.

Neste marasmo geral, apenas algumas referências mínimas continuam sendo usadas para delimitar a esquerda e a direita. Para a primeira são reservados o campo da ação social, uma aceitação mais popular, a instauração de mais igualdade, o “tomar partido” das pessoas comuns e a defesa dos pobres. Concebida como mais “indulgente”, mais “conciliante”, é também suspeita de impostura: “ser de esquerda e viver em bairros bonitos, não sei se isso é possível”, disse um deles. Geralmente as representações da esquerda não vão além da lembrança destes poucos princípios, exceto alguns raros indivíduos mais engajados que evocam com fé a “missão social” que cabe a eles. Por seu lado, a direita é associada ao “liberalismo”, ao “capitalismo” — a palavra ainda é usada —, à ordem e à performance econômica. Os interesses políticos da direita dizem respeito sobretudo ao país e a situação econômica, enquanto que os interesses políticos da esquerda são mais percebidos como, prioritariamente, tocantes aos indivíduos e suas condições de vida.

Apesar das diferenças apontadas graças à insistência muito particular do entrevistador, os dis-

cursos permanecem, no conjunto, espantosamente pobres sobre este assunto. Há uns vinte anos atrás, no quadro de uma pesquisa similar, teríamos aparentemente encontrado discursos mais estruturados ideologicamente, e coletado pedaços inteiros de retórica doutrinária ou profissões de fé políticas. Sem dúvida, não entre todos, mas certamente de alguns. Hoje em dia, a ausência total deste tipo de discurso é reveladora da mudança que ocorreu. As palavras desta jovem simpaticamente comunista, a mais engajada da nossa amostra, dispensam comentários: “Sou comunista com referências capitalistas”. Os discursos políticos não são, em absoluto, a receita, da base ao cume da pirâmide política!

Se a esquerda e a direita são muitas das vezes colocadas no mesmo pé de igualdade, com a sua credibilidade recíproca posta em perigo, e seus pertencimentos fragilizados, em contrapartida, as únicas verdadeiras balizas que delimitam o campo político, facilmente identificáveis e identificadas pelos jovens, são os “extremos”. Extremos contra os quais é preciso se garantir e se proteger, mas extremos dos quais eles têm a impressão que são as únicas posições políticas a partir das quais se estrutura o debate político atual. A Frente Nacional (Front National), por exemplo, desempenha nisto um papel de repelente, é claro, mas um papel muito eficaz na construção da identidade política dos jovens de hoje em dia, única referência forte em relação à qual eles podem se situar e existe uma posição real a tomar<sup>7</sup>.

Além destes extremos, que muitas vezes designam para eles, o limiar de “perigo” político e uma exposição da democracia ao perigo, a confusão reina. A distinção entre a esquerda e a direita, embora sempre suscite a idéia de dois campos opostos, mas de uma maneira formal ou virtual do que real, com uma “barragem” entre os dois, não é mais reivindicada. Entretanto, ela é instrumentalizada em um duplo discurso relativamente ambíguo e contraditório. A interpretação que se dá do apagar

<sup>7</sup> Reportar-se à contribuição de Nonna Mayer: “A mobilização anti-Front National”, *infra*.

das marcas ideológicas esquerda-direita revela um tipo de duplo constrangimento em que seu raciocínio está envolvido — à maneira do sistema “double bind” descrito pelos interacionistas sistêmicos americanos<sup>8</sup> —, colocando o indivíduo diante da impossibilidade de responder a duas injunções contraditórias.

De um lado, por detrás das suas palavras, se subentende uma demanda por clarificação dos interesses reais da política. Eles sentem falta de um tipo de idade mítica ultrapassada em que as referências existiam e onde lhes parecia forçosamente mais fácil se determinar e decodificar as lógicas políticas:

Mesmo que eu não tenha vivido e que tenha, portanto, dificuldade para falar a respeito, eu acredito que em termos históricos, havia realmente mais disparidades. Hoje em dia, a gente vê como a política se define: a gente vai à esquerda, a gente vai à direita, a gente vira e depois vê no que é que dá!

Por outro lado, a rejeição do conflito, a primazia da eficácia e da competência objetiva sobre as querelas ideológicas, tornam possível a crença nesta evolução. Se, em um primeiro momento, o desejo do consenso se impôs por meio das próprias circunstâncias da conjuntura política, ele designa também hoje em dia, segundo eles, uma verdadeira via de reconstrução do político.

Ainda existem diferenças entre a esquerda e a direita. Eu não digo que isto é algo desejável. Se isto pode se nivelar, é bom. Chegaremos lá.

Ou ainda:

Não vejo a política como uma separação: a esquerda, a direita e o centro. São todos homens que fazem alguma coisa e eu os julgo mais pelos seus atos do que pelas filiações políticas.

<sup>8</sup> Reportar-se aos trabalhos da escola de Palo Alto, apresentados na obra, dirigido por Paul Watzlawick e John Weakland (1977).

As expectativas em relação à política pedem portanto, ao mesmo tempo, uma maior legibilidade de seus conteúdos e de suas referências e a anulação da dependência destes últimos em relação às grandes clivagens políticas tradicionais. Um duplo constrangimento difícil de se reconciliar, a não ser por uma total redistribuição das cartas políticas, e isto, com o risco de perder a própria essência da política.

A vontade geral de consenso revela uma evolução profunda da cultura política no sentido, ao mesmo tempo, de uma homogeneização de suas expectativas e de uma diversificação de seus interesses. Como o disse um deles, que acaba de conseguir um diploma comercial: “É preciso estar no centro das idéias. Tomar o que há de bom à esquerda e à direita, por todos os lados, e fazer um conjunto que seja o mais homogêneo possível, que possa fazer avançar.” As clivagens políticas se estabelecem doravante menos no conflito entre as classes ou os grupos sociais, arbitrados até então pelos partidos tradicionais de direita e de esquerda.

Um jovem estudante de direito, eleitor do PS ou dos comunistas renovadores e que reivindica porém, um engajamento quase militante, na ala mais à esquerda da movimentação socialista, declara assim:

Não se pode mais cair na facilidade de pensar que as coisas caridosas são o apanágio da esquerda e que o patriotismo intransigente é o apanágio da direita. Chevènement mostra que o patriotismo pode ser de esquerda. Balladur mostrou que ele podia ser social sendo de direita.

Novos valores fundamentam outras clivagens a respeito das quais as palavras de ordem tradicionais não funcionam mais. O desejo de autonomia individual vem se interpor entre a demanda de controle e de planejamento do Estado e a economia de mercado, fiadora da liberdade, e isto quaisquer que sejam as filiações políticas (R. Inglehart, 1990). A ilustração que propõe um jovem estudante das Belas-Artes, sem filiação política definida, é deste ponto de vista, eloqüente:

Se eu jogar na raspadinha e ganhar 1 milhão, eu vou votar para uma política que conserve meu milhão: a direita. Por outro lado, se eu trabalhar e o meu patrão se esquecer de me pagar 1000F, eu vou votar para a política que vai recuperar estes 1000F.

Neste caso, mesmo que a esquerda e a direita estejam bem diferenciadas, podemos, não obstante, duvidar de sua capacidade para fixar amarras fiéis e duradouras a partir de uma concepção dessas.

Nesta nebulosa esquerda-direita, como é que são, então, arbitradas as escolhas eleitorais? Neste contexto, o que significa o voto dos recém chegados na política? A partir de que dados, de que influências, os jovens se determinam para decidir as suas escolhas?

### **Trajatórias de voto: “*moderato cantabile*”**

A memória eleitoral parece espantosamente fraca. Se a eleição presidencial de maio 1988, que representa o primeiro voto da maioria dos jovens interrogados, constitui a referência mais confiável, as outras eleições são dificilmente citadas e precisam da intervenção do entrevistador para que sejam lembrados os interesses e o contexto da época. O período é, entretanto, curto, cinco anos, e cobre seis eleições<sup>9</sup>.

Esta falha de memória destoa da importância que a maioria dos jovens dá ao direito de votar: “Mas mesmo que precise votar em branco, sempre votarei. Tem países onde se briga para conseguir o voto. Nós temos este direito mas ao invés de aproveitá-lo, nós não estamos nem aí. Francamente, fico danado quando sei que alguém vai ser eleito com 70% dos votos”. A consideração que eles dão ao direito de voto se reveste de uma dimensão simbó-

---

<sup>9</sup> Eleição presidencial de maio 1988, as eleições legislativas de junho de 1988, o referendo para a Nova-Caledônia de outubro de 1988, as eleições municipais de março de 1989, as eleições europeias de junho de 1989, e finalmente as eleições regionais e cantonais de março de 1992.

lica particular: o fato de votar, de expressar a legitimidade de suas escolhas, é considerado como uma passagem significativa para a entrada na vida de adulto (A. Müxel, 1990). O primeiro voto é muitas vezes investido de um entusiasmo e de um sentimento de poder: “Era excitante se encontrar no meio dos adultos. A gente se sente inserido com as pessoas que votam pelo mesmo candidato. A gente se sente integrado na sociedade.” Até os que se declaram abstencionistas ou desistiram da política demonstram muitas vezes um sentimento de trair um direito e também um dever.

Deste calendário eleitoral retraçado passo a passo, se revelam vários itinerários, nem sempre fáceis de serem decifrados e interpretados. Eles permitem entender um certo número de configurações reveladoras do relacionamento dos jovens com a política, e de sua evolução nos últimos quatro anos, isto é, desde a reeleição de François Mitterrand em 1988.

Mesmo que as escolhas não se confirmem sempre com muita convicção, mais de um terço dos jovens se destacam por um comportamento relativamente constante no seio de uma constelação política determinada. Entre eles, as poucas flutuações observadas permanecem moderadas e se explicam sobretudo pelas condições da oferta política ou pela tentação de uma hora para outra pelo voto ecologista.

Entretanto, mesmo no caso destas trajetórias e votos, cuja sucessão das escolhas expressa uma certa determinação assim como uma relativa estabilidade, a eventualidade de uma mudança de campo se torna possível. Quando as filiações são reconhecidas, elas só raramente revestem um caráter definitivo. A abertura, a fluidez da adesão, e sobretudo o livre arbítrio permanecem as condições de expressão das escolhas políticas, até entre os jovens cujas orientações ideológicas são mais definidas.

Dois outros tipos de trajeto são particularmente significativos da sensibilidade eleitoral atual.

O primeiro, mais ou menos um quarto dos jovens entrevistados, resulta de um tipo de “participação negativa”. Ele junta os abstencionistas, mais ou menos constantes, mas também os votos bran-

cos e as desfiliações progressivas ao sabor do interesse eleitoral. Os abstencionistas constantes são raros e são, de fato, os mais afastados. Mas, há uma outra família de abstencionistas que parece se impor mais ainda. Nela se expressa uma desfiliação recente e progressiva da política. A inconstância do voto resulta muitas vezes da desilusão e do desencanto em relação à esquerda. Ela traduz uma verdadeira impossibilidade de saber onde se situar e como se sentir novamente envolvido. “De canseira, nada se mexe. Eles resolvem os seus problemas entre eles mesmos, eu não me sinto envolvida. Mesmo que eles administrem o país onde moro, não me sinto, de maneira alguma, envolvida” declara uma jovem secretária que votou em Mitterrand no primeiro turno da eleição presidencial de 1988 e depois não votou mais. Um outro que trabalha com informática e votou muitas vezes no PS reconhece, hoje, ter desistido:

Eu tinha escolhido o Mitterrand porque estava um pouco exaltado, o socialismo, a rosa. (...) E depois, sempre o mesmo contexto. Lá, se eu tivesse que votar, me absteria. A menos que eu volte decididamente a ler as notícias e isto me interessar. Mas já que não é o caso, me sentiria burro de ir votar estupidamente nos socialistas.

E muito menos votará na direita como ele faz questão de frisar.

Os votos em branco participam de uma mesma lógica. Porém, eles parecem mais investidos de sentido por seus usuários. Eles respondem a uma preocupação de se expressar, mas “sem tomar posição”, e a uma vontade de exercer uma pressão política. “O voto em branco é a minha maneira de dizer: não acredito em Sicrano, não acredito em Beltrano, mas eu acredito em alguma coisa”, afirma um jovem adido comercial. Eles são mais ou menos sistemáticos e são mobilizados de forma intermitente com outros votos: “Eu voto na direita ou em branco”, “Eu voto na esquerda ou em branco” são observações que sempre voltam na descrição dos itinerários.

O segundo tipo de trajetória revela uma fra-

gilidade das identificações partidárias, uma verdadeira instabilidade das escolhas e uma mobilidade dos votos, mais ou menos sistematizadas e racionalizadas. Na amostra, um jovem em três ultrapassa no momento de seus votos, a famosa “barragem” esquerda-direita na adesão aos candidatos. Esta mobilidade se apresenta de duas maneiras que não têm exatamente o mesmo alcance político.

Primeiro caso de destaque, a mobilidade observada aparenta mais uma flutuação ligada à atração de certas políticas na movimentação do centro (entre outros, Raymond Barre, Michel Noir, ou Simone Veil...) do que uma verdadeira instabilidade. Ela é em geral acompanhada de identificações partidárias senão pouco afirmadas, mas pelo menos relativamente flexíveis. Prioridade talvez dada, em um momento ou em outro, às qualidades pessoais de um candidato acima das orientações ideológicas ou partidárias habitualmente expressas pelo indivíduo. Assim, este entrevistado que votou muito mais vezes na esquerda, mas também votou nos ecologistas, e Simone Veil nas eleições europeias pelas suas qualidades pessoais e políticas:

Quando votamos, é para expressar alguma coisa. Votei na Simone Veil, não era bem no partido dela, era nela, para lhe dar voz. Há medidas que ela tomou que eu gosto. É uma boa mulher daquelas que a gente não vê muito na política.

Ou este outro que costuma votar no PS, mas que, nas municipais, deu seu voto a Jacques Toubon: “Embora tenha afinidades com a esquerda, não é por causa disso que vou questionar todo o trabalho que ele fez.” Na análise quantitativa, feita com a coorte que seguimos há cinco anos, sobre a mobilidade das posições na escala esquerda-direita em sete pontos ao longo dos ciclos de pesquisa, só encontramos um número muito restrito de passagens entre a esquerda e a direita (4%). Em compensação, contabilizamos um número muito importante de “hesitantes” (36%) que se caracterizam por um flutuamento de suas posições devido à escolha intermitente na casa central. De acordo com as etapas da enquête, estes hesitantes se colocam alterna-

damente no centro e em uma posição de esquerda ou de direita, sem por isso ultrapassar a barreira que separa os dois campos, representada pela posição central (Müxel, 1992).

O outro tipo de mobilidade aparece menos frequentemente mas se mostra mais radical. Ela tem a ver com voto “estratégico” ou “racional” (P. Habert, A. Lancelot, 1988) que já não depende estreitamente, como no passado, das determinações sociológicas do eleitor, das variáveis ditas “pesadas”, e questiona na sua própria lógica, a idéia de identificação e de laços partidários. O caso do jovem estudante citado anteriormente, discutindo com um raciocínio puramente individualista e oportunista as vantagens respectivas da esquerda ou da direita de acordo com um milhão que ele pode ganhar na loto ou um litígio qualquer com seu patrão, é bem ilustrativo como exemplo. Neste caso de destaque, a arbitragem dos votos se faz, em primeiro lugar, a partir das circunstâncias e dos interesses da vida pessoal. Além disso, este tipo de comportamento eleitoral fica fortemente submetido à influência tanto da conjuntura como da oferta política.

Certas trajetórias aparecem espantosamente movimentadas. Assim, esta jovem secretária que votou FN, no primeiro turno da eleição presidencial de 1988, F. Mitterrand no segundo turno, FN nas européias e ecologista nas municipais, e que todavia, declara: “É duro ir votar, não é algo que se faz levemente, não é só um nome que se coloca de um envelope, são também as idéias em que acreditamos.”

Tanto um como outro destes exemplos nos levam à dimensão protestatária do voto que também explica este tipo de comportamento eleitoral. A maneira como o voto Le Pen pode ser utilizado e argumentado é, deste ponto de vista, significativa. Cinco jovens declaram ter votado pelo menos uma vez em Le Pen, e no discurso de alguns outros, geralmente próximos da direita, ou entre jovens que, decepcionados com a esquerda, “passaram” à direita, a eventualidade de fazê-lo um dia não é totalmente excluída. A tentação do voto Le Pen, quando ela surge nos discursos, enuncia um tipo de exor-

cização do sentimento de mal-estar que se sente tanto para com a política quanto para com a sociedade em seu conjunto. Se ele funciona para muitos como referência-repelente, ele pode também suscitar a atração da travessia do proibido, e até mesmo do perigo, para “amedrontar, amedrontá-los” (subentendido o resto da classe política). Ele pode ser instrumentalizado como uma ferramenta de contestação, para fazer mudar as referências e os interesses da política, “para agitá-la”, em nome da moralização, da transparência, e da busca por eficácia tão reclamadas hoje em dia. O falar-franco de Jean Marie Le Pen, sua “coragem” para dizer o que os outros não querem dizer, sua vontade de tratar os reais problemas podem ser considerados por um bom número deles (cinco ou seis) como qualidades, embora o espectro do extremismo de direita ou do racismo seja assim mesmo rejeitado. Nos jovens cujas orientações políticas são pouco fixadas, ou em quem o sentimento em relação à política é particularmente desabusado, isto pode representar uma atração.

A decalagem aparente que pode ser observada entre, por um lado, a permanência das classificações na escala esquerda-direita, assim como o fraco número, em nível da coorte, das travessias de barreira mostrada pela posição central entre os dois campos e, por outro lado, a relativa mobilidade das trajetórias de votos, é significativa da perda de substância e de conteúdo das identificações que acontecem à esquerda e à direita. Formas vazias de filiação, tais como nós descrevemô-las anteriormente, toda a latitude do jogo eleitoral pode se afundar nelas.

### **O engajamento político, consciência planetária, e “estratégia dos pequenos passos”**

Apesar do mal-estar do marasmo político e da instalação de uma morosidade ambiente quanto às esperanças de mudança na sociedade, apesar da difusão da ideologia da renúncia e do “egoísmo da fatalidade”, — a expressão foi encontrada por um dos nossos entrevistados —, que parecem afetar

todo o mundo, os discursos dos jovens sobre o engajamento político revela uma vontade de implicação e um grau de consciência espantosos. É certo que com bemóis e nuances, e sobretudo invocando uma concepção do engajamento que já não tem mais muito a ver com os usos militantes do passado. Mas nada deixa transparecer nas suas palavras um recuo do terreno de ação política. Não a ação política que seria levada no quadro institucional dos partidos, mas uma ação política com “P” maiúsculo, como dizem, o que que significa, atacar por meios “concretos” os “verdadeiros” problemas, os do dia a dia e também os que dizem respeito à sociedade em escala planetária. Eles não acreditam na possibilidade de grandes mudanças e medem os limites de eficácia das ações que eles poderiam realizar à sua altura. Eles desenvolvem uma outra visão da mudança social, ao mesmo tempo mais modesta e mais realista, e imaginam a generalização e a multiplicação de pequenas ações, uma ampliação de um engajamento “artesanal”, segundo os meios e as vontades de cada um, um avanço por “passinhos”. Não se trata de “mudar o mundo”, mas de tão somente “melhorar as coisas”. Nem pensar ser “revoltados”, “anarquistas” ou “utopistas”, mas também, muito menos se desengajar, se “desligar” de uma obrigação de consciência, e talvez de um dever de solidariedade que correspondem bastante bem à definição que Gilles Lipovetsky dá para “cidadania planetária”. Esta última enunciar-se-ia de um tipo de “ética de síntese que reconcilia ecologia e economia, moral e eficácia, qualidade e crescimento, natureza e proveito” (G. Lipovetsky, 1992, p. 227).

O engajamento político, como ele é concebido hoje em dia, se constrói a partir de um discurso de dupla voz: a de um idealismo, sempre ativo, nem que seja através da obrigação de consciência, e a que inspira o realismo e a renúncia, tamanha a complexidade e a amplitude dos problemas que parecem de difícil resolução. Mas no fundo, há pouco lugar nisso para o recuo “individualista”. O engajamento deve se fazer “fora das cores políticas”. A recusa das etiquetas, o medo da “arregimentação”, do assujeitamento, e de toda restrição à liberdade de pen-

sar ou de agir, fazem rejeitar o engajamento de tipo partidário. O caráter definitivo do militantismo tradicional amedronta.

A ação no quadro dos partidos políticos é maculada com a dupla suspeita de uma ausência de autenticidade e do risco de impostura. Seria no fundo “mais um engajamento para si mesmo do que para os outros”, portanto a própria negação da idéia de engajamento. Além disso, este tipo de adesão não poderia escapar da luta pelo poder, das brigas internas e externas do jogo partidário, cujos defeitos na vida política atual, eles denunciam. “Nos partidos políticos, são profissionais. Não existe mais esta noção de associação. Na noção de partido, existe a da entidade econômica, procurando desenvolver as suas idéias e tomar o poder”, esclarece um deles.

Esta idéia de “associação” é a principal peça da sua aceitação dos modos de ação e de intervenção dos cidadãos de hoje. Ela define uma concepção depurada, a também em nome de uma moralização da política, da noção de partido.

São benévolos que pedem a outras pessoas para serem benévolas para consolar outras pessoas que sofrem. Sendo benévolos, não existe mais o lado “show-bizz” do sistema político que faz se avance seu personagem para introduzir suas idéias.

Descrito desta forma, este tipo de engajamento apela para valores morais e se concebe como uma cadeia de solidariedade de um espaço de intervenção que pode ir da “soleira da sua porta” até os confins do outro lado do mundo, dos restaurantes para namorados à instalação de bombas de água no Sahel.

Além disso, o modelo de associação supõe um controle mais direto sobre a realidade dos problemas, um laço mais estreito com os atores envolvidos e, portanto, a possibilidade de uma maior eficácia. “Engajar-se em uma associação, é mais objetivo, mais concreto. Se eu ajudo, gostaria que isso se visse, que haja algo positivo e que sirva.” O discurso cheio de imagens deste desenhista-projetista, sobre o papel dos sindicatos, é revelador desta redefinição e desta atomização dos modos de ação:

Fazer um sindicato dentro das empresas, sim. Mas não quero que estejam CGT ou FO por detrás dele. Quero que seja o sindicato dos Seres Humanos, a par dos problemas, à escuta das pessoas, que não sejam muito grandes. Um micro-sindicato em uma micro-sociedade. O sindicato dos locatários da 64, rua de Lyon. O sindicato das pessoas que têm algumas coisas em comum, no trabalho. Que não haja filtro. Que as coisas andem mais rápido.

Idealismo e utilitarismo se misturam para definir formas de engajamento mais “fraternais”.

As causas pelas quais os jovens se declaram interessados e eventualmente prontos para se mobilizarem dizem respeito tanto aos interesses planetários quanto aos interesses da vida cotidiana. As grandes causas clássicas de tipo humanitário ou ecologista ocupam um espaço amplo, em torno de três quartos dos entrevistados a um momento ou outro da entrevista. A Cruz Vermelha, Médicos-Sem-Fronteiras, Anistia Internacional ou os apelos do comandante Cousteau são algumas das iniciativas às quais os jovens poderiam imaginar se juntar um dia. Um ponto comum a todas elas, sempre o mesmo: a ausência de marca política. Embora os jovens que se situam politicamente na movimentação da esquerda manifestem uma vontade de engajamento mais marcada que nos outros.

O racismo, a guerra, a subida dos nacionalismos podem suscitar impulsos espontâneos particularmente determinados. A respeito das guerras étnicas, um deles, o mesmo porém que avaliava a sua escolha política em função de seus interesses próprios, seja de ganhador na loteria, seja de explorado pelo patrão, declara: “Se conseguirmos encontrar 20.000 pessoas, fazer uma cadeia e fazer de tal modo que os dois campos que lutam parem, eu entro nesta na hora.” Ou deste outro, resoluto a “entrar na guerrilha”, de acordo com o modelo mítico da Resistência Francesa durante a segunda guerra mundial, aliás lembrado muitas vezes, caso Le Pen chegue ao poder.

Paralelamente a este registro clássico de mobilização, outros tipos de intervenção são imagina-

dos, tipos de missões sociais no cotidiano, mais centradas, apoiando-se em uma implicação pessoal do indivíduo, no seu conhecimento ou na sua experiência imediata do problema, que desencadeariam as motivações de seu engajamento. A grade dos temas mobilizadores recenseados nos discursos faz aparecer a dimensão protestatária subjacente a estes modos de ação, cada vez menos substituídos pela mediação das instituições políticas tais como os partidos, os sindicatos ou até mesmo a representação parlamentar, e cada vez mais administrados pela iniciativa autônoma dos indivíduos<sup>10</sup>.

Encontramos aí a necessidade de democracia direta mencionado anteriormente. Os exemplos de ação a realizar abundam e seriam, se precisasse montar uma lista, tão diversos quanto os problemas o são, dos mais graves aos anódinos, que afetam a vida cotidiana dos franceses, hoje. Um deles, apaixonado por carros, poderia se engajar em uma “associação da estrada”, para “lutar contra as mortes”. Um outro poderia fazer parte de uma associação de bairro para “ajudar as pessoas” e “lutar contra a solidão”. Uma jovem estudante de matemática, profundamente ligada à sua cidade de Aveyron, iria à luta “para que o campo não morra, para que o mundo rural continue a existir”. Este outro ainda queria combater para a programação dos filmes em VO, nas redes públicas de televisão e nos cinemas do interior. É preciso também lembrar da ajuda aos doentes aidéticos, das ações a realizar na periferia, dos direitos das mulheres, sem esquecer a luta contra o racismo.

No final das contas, só um quarto dos jovens entrevistados descarta a perspectiva de qualquer engajamento, seja por excesso de individualismo (“A mim, o que me preocupa é a minha vida, a dos

---

<sup>10</sup> Lembraremos mais uma vez aqui, as considerações de Samuel H. Barnes e de Max Kaase que vêem, no aumento destes modos de ação, a expressão de valores pós-materialistas que redefinem a ação política: “Eles estarão obviamente entre os primeiros a traduzir a insatisfação política em uma ação política corretiva.” (Tradução do revisor).

meus amigos, dos meus pais, não quero saber como vai o mundo e nem para onde ele vai”), seja porque eles não se sentem nem prontos nem suficientemente seguros de si para concretizar e assumir a responsabilidade do engajamento.

O conjunto destes discursos sobre engajamento revela portanto grande disponibilidade potencial dos jovens. A realidade dos engajamentos efetivos que podem deles resultar não é sem dúvida tão otimista. Os jovens são, aliás, os primeiros a reconhecê-lo. “Tenho vontade de me engajar. Mas há também uma certa inércia, uma certa frieza. Uma vontade de fazer alguma coisa, mas também um medo do combate”, afirma, como muitos outros, um deles. Será que se encontraria, manifestada nas palavras dos nossos entrevistados, a expressão da ideologia do engajamento que parece se difundir bastante amplamente, — os textos atuais das canções de variedades são, sob este ponto de vista, eloquentes e portadores de novos valores —, mas que estaria circunscrita nesta nova ética moral “indolor” da qual fala Gilles Lipovetsky (1992)? Esta supõe ao mesmo tempo uma forte tomada de consciência dos problemas, animada dos valores morais fundamentais que são o altruísmo e a tolerância, mas sem implicar em uma obrigação de devotamento ou de dever, sem por em causa o próprio indivíduo, nem sem ter incidência direta sobre o curso da vida cotidiana. Será que grandes princípios e pequenos passos podem traçar o caminho de engajamentos reais?

Se todos não estão dispostos a partir para a Somália, muito pelo contrário, nem mesmo, de uma forma mais acessível, a aderir a um movimento ou uma associação que tornaria realidade o seu engajamento, a sua disponibilidade parece todavia prolongar-se além somente de seus discursos. Os seus comportamentos testemunham de uma capacidade de mobilização não desprezível. Todos, mais ou menos, se implicaram ou participaram de uma forma ou de outra, mais ou menos contestatária, em uma ação política.

O movimento colegial e estudantil de 1986 mobilizou mais da metade dos jovens entrevistados. Foi a oportunidade para uma experimentação di-

reta da política. Esta deixa mais ou menos traços nos seus discursos e os interesses do movimento são decodificados e muitas vezes despojados de parte do entusiasmo e da ilusão que os animava na época. Mas a experiência permanece inteira e marca data no percurso da sua socialização política.

Além deste evento maior, precisamos constatar a diversidade de ações realizadas por cada um, em mais ou menos grande escala. Raros são aqueles que, a um dado momento, não se envolveram na ação coletiva.

Os jovens situados à esquerda aparecem mais motivados e mais ativos do que os outros. Sinal de que os traços da herança, mesmo em crise, do engajamento de tipo esquerda, perdurariam? Revelador da necessidade suplementar no campo político, dada a conjuntura atual, capaz de redefinir os interesses de uma “nova esquerda”? De qualquer forma, as ações às quais eles participaram dizem mais respeito frequentemente a luta contra o apartheid e contra o racismo do que no resto da amostra. Manifestações, abaixo-assinados, participação em concertos, até, em certos casos, passagens mais ou menos duradouras, em movimentos tais como SOS-Racismo, Anistia International, ou mesmo Luta Operária. Diversas experimentações da ação política que testemunham um engajamento relativamente consequente, mas que não são acompanhadas de nenhuma estruturação militante ou ideológica profunda e persistente.

A mobilização política dos outros jovens que se situam à direita ou são indeterminados nas suas escolhas políticas, parece mais aleatória e obedece a motivações mais individualizadas, mais atomizadas, defendendo sobretudo interesses categoriais. Por este fato mesmo, ela é menos fácil de localizar.

A relação dos jovens hoje, com o engajamento, organiza-se em um espaço de duas dimensões, quer se trate da sua própria geografia ou de suas orientações estratégicas. Seus territórios podem ser ao mesmo tempo muito vastos, o conjunto das paisagens e dos interesses em escala planetária está envolvido, e muito restritos, se limitando às paisagens familiares das contingências existenciais do dia

a dia. Define diferentes momentos de implicação respondendo ao mesmo tempo à lembrança dos grandes princípios idealistas da moral, com o risco de não sobrar senão a intencionalidade de um discurso e à necessidade de reintroduzir um modelo de ação concreta, regido pelo imperativo da eficácia. Mesmo com “pequenos passos”, a sua concepção do engajamento define uma “nova” ética de responsabilidade que pode se revelar futuramente eficiente e mobilizadora.

Concluindo esta leitura exploratória, sentimos desconfortáveis e, sem dúvida, ligados à etapa em que se situa este trabalho — primeira exploração, primeiro inventário —, de não ter dado conta da trama existencial que, apesar da homogeneidade observada, define a relação com o político de cada um dos jovens entrevistados. Todavia, as constatações esboçadas neste texto respondem a certas interrogações que animam os debates atuais sobre o estado das relações entre os jovens cidadãos e a política.

Em primeiro lugar, a própria homogeneidade dos discursos é reveladora. Ela se encontra, no presente caso, reforçada pelo fato que os discursos foram recolhidos no interior de uma mesma classe de idade. Entretanto, estes jovens não compartilham necessariamente a mesma comunidade de experiências. Estes interesses próprios às suas condições de “entrada na vida” adulta, de acordo com o meio, com os níveis de estudos e de qualificação, não têm as mesmas implicações. Estas diferenças não transparecem no nível das representações e nem das expectativas que eles demonstram em relação à política hoje. Sinal de que o mal-estar é geral, sinal de que o estado das reivindicações é o mesmo, sinal de que a espera de uma renovação é unanimemente compartilhada. Deste ponto de vista, a recomposição do político, que só aconteceria através da anulação relativa das determinações sociais, já está realizada. Sem dúvida, estas diferenças se encontram ainda nas urnas. Os eleitores “contestadores” da nossa amostra têm posições mais frágeis ou mais dificilmente adquiridas que os outros. Mas, enfim, a difusão do “novo” repertório político, cujos conteú-

dos nós tentamos explicitar, pode questionar as arbitragens clássicas do jogo eleitoral.

A existência deste “novo” repertório é um segundo ensinamento. Se a crise da representação política parece inegavelmente presente, as respostas, às expectativas são também desenvolvidas. Assim como é anunciado, ele permite uma reabilitação da política a partir dos imperativos seguintes: uma exigência de moralização de todas as instâncias envolvidas; uma recusa dos rótulos e uma forte demanda de reconciliação dos interesses partidários, em nome de uma lógica da eficácia e de um maior controle sobre a realidade concreta dos problemas a serem tratados; um deslocamento dos interesses e uma rejeição dos conflitos; uma restauração do valor de engajamento.

Terceira constatação, as contradições que levantamos em várias ocasiões na sua interpretação da política, e nas suas próprias expectativas, — por exemplo, entre a demanda conjunta de esclarecimento dos interesses, de diferenciação das referências, por um lado, e a recusa das clivagens, por outro, ou entre o idealismo e a eficácia pragmática, tipo de bandeira bicolor do engajamento político, na sua maneira de entender, ou ainda entre a consciência planetária e a estratégia dos pequenos passos, — são o produto de uma situação de transição entre dois mundos políticos. Os referentes se misturam e se recompõem em lógicas que nem sempre são fáceis de identificar pelos próprios atores. Nisto, os discursos dos jovens se inscrevem em uma relação ao mesmo tempo heterônoma e autônoma em relação ao político, até porque eles sofrem as consequências de uma ruptura relativa na transmissão da cultura política entre as gerações.

Como encontrar novos substitutos para definir as condições de emergência de uma “nova” política que, tal como transparece nos discursos dos jovens, seria uma “pós-política”, sofrendo uma evolução comparável à da moral, da modernidade ou do materialismo aos quais foram atribuídos os mesmo prefixos?

## Referências bibliográficas

- BARNES, M., KAASE, M. et. al, (1979). *Politica Action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills: Sage.
- CAYROL, R., (1992). La droite, la gauche et les références idéologiques des Français. In: SOFRES. *L'état de l'opinion*. Paris: Le Seuil, p. 57-73.
- CEVIPOF., (1990). *L'électeur française en questions*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- HEBERT, P., LANCELOT, A., (1988). L'émergence d'un nouvel "électeur". In: *Élections législatives 1988, Le Figaro*, Département d'études politiques.
- INGLEHART, R., (1977). *The Silent Revolution*. Princeton: Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_, (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press.
- LIPOVETSKY, G., (1992). *Le crépuscule du devoir: l'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*. Paris: Gallimard.
- MAYER, N., (1986). *La boutique contre la gauche*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- MICHELAT, G., (1990). À la recherche de la gauche et de la droite. IN: CEVIPOF. *L'électeur française en questions*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, p. 71-105.
- MISSIKA, J.L., (1992). Les faux-semblants de la dépolitisation. *Le Débat*, n. 68, p. 14-19.
- MÜXEL, A., (1992). Le moratoire politique des années de jeunesse. In: PERCHERON, A., RÉMOND, R. (Org.). *Âge et politique*. Paris: Economica, p. 202-223.
- \_\_\_\_\_, (1992). L'âge des choix politiques: une enquête longitudinale auprès des 18-25 ans. *Revue Française de Sociologie*, n. 33, avril-juin, p. 233-263.
- PERCHERON, A., (1989). Peut-on encore parler d'héritage politique en 1989?. In: MÉNY, Y (Org.). *Idéologies, partis politiques et groupes sociaux*. Paris: Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, p. 71-89.
- \_\_\_\_\_, (1991). Au miroir grossissant de la jeunesse. *Autrement*, mai, p. 30-43. (Série Mutations)
- VEDEL, G. (Org.), (1962). *La dépolitisation: mythe ou réalité?* Paris: Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- WATZLAWICK, P., WEAKLAND, J.H, (1977). *Sur l'interaction, Palo Alto 1965-1975: une nouvelle approche thérapeutique*. Paris: Le Seuil.